

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005960-75.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Jose Erico de Oliveira**
Requerido: **Apple Computadores Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou adquiriu um aparelho celular fabricado pela ré.

Alegou que após um mês de uso os acessórios que acompanham o aparelho como fone de ouvidos, carregador e cabo usb, apresentaram problemas de funcionamento.

Salientou que a ré não lhe prestou assistência satisfatoriamente sendo que não obteve êxito para solução dos problemas, pelo que requer ser indenizado pelos danos materiais e morais que suportou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A ré em contestação salientou que providenciou o que necessário para atendimento das ordens de serviços abertas pelo autor, ficando no aguardo do comparecimento dele para retirada dos produtos.

O quadro delineado conduz à improcedência da ação.

Como se vê, a explicação da ré é pertinente porque o próprio autor deixou claro que foi comunicado pela ré para retirada dos produtos (fl.14).

Quanto a isto, restou patenteado que a ré não obrou de maneira irregular.

Ressalte-se ainda que o autor por livre iniciativa compareceu até uma assistência técnica da ré para resolver a questão.

O alegado dano material invocado pelo autor veio desacompanhado de qualquer lastro a sustentá-lo, levando em consideração o montante pleiteado, e tendo em vista ainda que o autor se dirigiu até a assistência técnica da ré por sua livre escolha.

Já a postulação para ressarcimento de danos morais está destituída de qualquer respaldo porque em momento algum ficou delineado de um lado o ato ilícito perpetrado pela ré e, de outro, o sofrimento excepcional do autor a partir daí.

Nada faz supor que o pleito no particular tivesse lastro mínimo a sustentá-lo, impondo-se sua rejeição.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se.

São Carlos, 25 de julho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA